

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

PR quer Secretaria de Portos

O PR cobra do presidente Michel a Secretaria dos Portos. Embora seja vinculada ao Ministério dos Transportes, que já está com o partido, o órgão é comandado pelo ex-senador Luiz Otávio, indicado por senadores do PMDB

PORTO & MAR

Liminar suspende dragagem do Canal de Piaçaguera

Decisão determina multa de R\$ 2 milhões caso os trabalhos não sejam interrompidos

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

A Justiça Estadual determinou a suspensão, em até 48 horas, da dragagem no Canal de Piaçaguera e da construção de cavas subaquáticas na via de navegação. Caso os trabalhos não sejam suspensos, a multa será de R\$ 2 milhões. A liminar foi expedida ontem após uma ação popular e pode ser revogada a qualquer momento.

O Canal de Piaçaguera está sendo dragado para permitir o acesso de embarcações ao Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam, instalação da VLI no Porto). A empresa coordena a obra e trabalha na construção de cavas subaquáticas onde serão depositados os sedimentos contaminados dragados na região.

Na ação popular, o autor, Jeffer Castelo Branco, narra que a licença ambiental prévia da obra foi expedida em 2005, em favor da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa). Já as licenças de instalação e de operação foram expedidas em 2016, à Usi-



CARLOS NOGUEIRA

Canal de Piaçaguera está localizado em frente à região da Alemoa

minas (que adquiriu a Cosipa).

O autor aponta ainda o fato da obra ser executada pela VLI. E fala sobre possíveis danos ambientais da obra, já que ambientalistas questionam a viabilidade técnica da atividade.

DECISÃO

Em sua decisão, a juíza Sabrina Martinho Soares, da 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, determinou a suspensão da obra e a aplicação de multa, em caso de resistência. Determi-

nou também a intimação da Cetesb, o órgão estadual ambiental, para que esclareça o atual estágio da dragagem.

A partir de agora, o órgão ambiental não poderá emitir novas licenças ou autorizações relacionadas ao empreendimento. A juíza também pretende avaliar o parecer técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que recomenda a suspensão da obra.

Procurada, a Cetesb informou que não se posicionará enquanto não for notificada pela Justiça sobre a decisão.

Em nota, a VLI comunicou que "o método de confinamento de sedimentos em cava subaquática, devidamente aprovado por todos os órgãos ambientais, é a melhor solução para a dragagem do Canal de Piaçaguera. Além de elevar a qualidade ambiental do estuário, a tecnologia é reconhecida e utilizada mundialmente". A empresa complementou que não foi notificada sobre o processo.